



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021):**

**1.1** Constitui objeto da presente licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TERAPÊUTICAS E ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS REALIZADOS COM PACIENTES, INCLUINDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA MARQUES-RO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo.

**1.2** Secretaria demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

**2 A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

**2.1** Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.2** Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**3 DAS ESPECIFICAÇÕES:**

**3.1** As especificações e o quantitativo do produto constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo. Segue a tabela com os itens a serem licitados:

**3.2** Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	BPA-Cj Aplicação AA, AC e AD cada bloco com 5 folhas cada	BLOCO	1
2	FDT-5 Dígitos Bloco de Resposta com 25 folhas	BLOCO	1
3	SRS-2 Cj com 10 folhas de Protocolo idade Escolar	CJ	2
4	SRS-2 Cj com 10 folhas de Protocolo Pré-escolar	CJ	2
5	RAVLT- Livro de Aplicação bloco com 25 folhas	UND	1
6	HTP Br- Livro de Avaliação Vol2 Cj com 10 fol has	CJ	2
7	Coleção VINELAND3- Escalas de Comport Adaptativos. Composição 01-Manual 05-Formulários de Entrevista Extensivo; 05-Formulários de Entrevista de Domínio; 05-Formulários de Pais/Cuidadores Extensivo; 05-Formulários Pais/Cuidadores de Domínio; 05-Formulários Professores Extensivo; 05-Formulários Professor de Domínios;	UND	1
8	VINELAND3 Formulário de Entrevista de Domínios (unidade)	UND	15
9	VINELAND3 Formulário de Entrevista Extensivo (unidade)	UND	15

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

10	VINELAND3 Formulário Pais/Cuidadores (unidade)	UND	15
11	VINELAND3 Formulário Professores de Domínio (unidade)	UND	15
12	VINELAND3 Formulário Professores Extensivos	UND	15
13	VINELAND3 Formulário Pais/Cuidadores de Domínios (unidade)	UND	15
14	Coleção WASI Escala Wechsler Abreviada de Inteligência. Composição 01-Manual; 10-Protocolos de Registro Geral; 01-Livro de Estímulos; 01-Caixa com cubos.	UND	1
15	Coleção SON-R2 (2,5 a 7 anos) Composição 01-Maleta de Madeira; 01-manual; 01-Subteste Mosaicos- cadernos de aplicação: 01-Subteste Categorias; 01-Subteste Situações; 01-Subteste Padrões; 10-Cartolinas amarelas; 02-lapis; 01-Borracha; 01-Apontador; 10- Folhas de Respostas; 01- CD para correção informatizada	UND	1
16	Coleção D 2-R Teste Revisado Composição. 01-Manual; 25 Folhas de Aplicação; 25 Folhas de Avaliação	UND	1
17	Torre de Londres Material confeccionado em Polipropileno	UND	1
18	Cubos de Corsi; Composição Prancha Produzida em plástico resistente e leve com cubos numerados de 01 a 09	UND	1
19	Coleção WCST wisconsin. Composição: 01-Manual; 01- Bloco	UND	1
20	WCST Conjunto de Cartas importadas	CJ	1
21	Coleção DENVER- II Teste de Triagem do Desenvolvimento. Composição, 01- Manual com 01 CD; 01- Manual Técnico com 01 CD; 01-Bloco de resposta com 25	UND	1
22	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Aplicação Subteste Aritmética de 6° ao 9° ano Vol.11 pacote com 05 unidades	UND	4
23	23TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Aplicação Subteste Escrita do 1° ao 9° ano Vol.3 Bloco com 25 folhas	UND	1
24	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro Avaliação Quantitativa Subteste Escrita do 1° ao 4° ano Vol.5 Bloco com 25 folhas	UND	1
25	TDE-11 Teste de Desempenho Escola. Livro de Avaliação Qualitativa Subteste Escrita do 5° ao 9° ano Vol.10 Bloco com 25 folhas	UND	1

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

26	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Avaliação Aritmética do 1° ao 5° ano Vol.7 bloco com 25 folhas	UND	1
27	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Avaliação Escrita do 1° ao 4° ano Vo.4 bloco com 25 folhas	UND	1
28	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Avaliação Subteste Escrita do 5° ao 9° ano. Vol.9 Bloco com 25 folhas	UND	1
29	TDE II Livro de Avaliação Subteste Leitura do 1° ao 4° ano Vol.8 Bloco com 25 folhas	UND	1
30	TDE II Teste de Desempenho Escola. Livro de Avaliação Subteste Leitura do 5° ao 9° ano, Vol.13 Bloco com 25 folhas	UND	1
31	WISC-IV Protocolo de registro Geral unidade	UND	20
32	WISC-IV Protocolo de Resposta 2 Cancelamento unidade	UND	20
33	WISC-IV Protocolo Procurar Sim bolos	UND	20
34	WISC-IV Livro de estímulos	UND	1
35	WISC-IV Manual de instruções	UND	1
36	WISC-IV Manual de instruções Aplicação e Correção	UND	1
37	WISC-IV Caixinha de Cubos	UND	1

**3.3** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 23.133,16 (vinte e três mil cento e trinta e três reais e dezesseis centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada no setor responsável, metodologia descrita no processo.

**3.4** Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que esta prefeitura se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores sendo desclassificadas.

**3.5** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.2 14.133/21.

**3.6** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

#### **4 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantagem;

#### **5 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**5.1** A Secretaria Municipal de Saúde identificou carência expressiva e defasagem na disponibilidade de materiais de apoio psicológico essenciais ao desenvolvimento de atividades clínicas e terapêuticas. Estes insumos são fundamentais para a realização eficiente de processos diagnósticos e tratamentos direcionados às demandas de saúde mental da população local, incluindo crianças, adolescentes e adultos.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

---

**5.2** No contexto atual, os profissionais da psicologia do município enfrentam dificuldades devido à insuficiência de materiais atualizados, específicos para aplicação de testes e atividades lúdico-terapêuticas, comprometendo a qualidade dos atendimentos realizados e a efetividade das intervenções. Tal insuficiência resulta em limitações técnicas que impactam negativamente na continuidade dos tratamentos e na produção de diagnósticos assertivos.

**5.3** O problema apresenta-se também em escala crescente diante do aumento da demanda por atendimentos psicológicos, especialmente no Hospital Municipal, que atende casos clínicos complexos, requerendo materiais especializados para sessões individuais e em grupo, bem como instrumentos padronizados conforme protocolos técnicos atuais.

**5.4** Em razão desse quadro, destaca-se ainda o risco de que a ausência desses materiais reverta em prejuízos para os pacientes, comprometendo a identificação precoce de situações clínicas, dificultando a reabilitação social e o acompanhamento terapêutico, com possível aumento da demanda por serviços de urgência e emergência psicológica no médio prazo.

**5.5 Necessidade Identificada**

**5.5.1** Identificou-se a necessidade específica da aquisição de materiais de apoio psicológico, contendo instrumentos técnicos e recursos didáticos que possibilitem a correta aplicação das técnicas clínicas e avaliações neuropsicológicas essenciais no atendimento a pacientes de diferentes faixas etárias e perfis clínicos.

**5.5.2** O público-alvo beneficiado engloba toda a população assistida pela rede municipal de saúde, com destaque para crianças e adolescentes que requerem avaliações psicopedagógicas e intervenções terapêuticas fundamentadas em protocolos científicos atualizados. A aquisição pretende, portanto, atender demandas clínicas variadas, assegurando o caráter inclusivo e integral do atendimento público.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

---

**5.5.3** A urgência da demanda é classificada como alta, considerando a crescente necessidade de suporte ao serviço de psicologia no município e a carência atual dos materiais, que compromete o desenvolvimento pleno das atividades. A implementação dessa aquisição possibilitará o restabelecimento da capacidade técnica e operacional do setor.

**5.5.4** A não contratação dos materiais implicaria na manutenção do quadro deficitário, com prejuízos à qualidade dos serviços ofertados, deterioração do ambiente terapêutico e aumento do risco de tratamentos inadequados, além de eventual descumprimento da legislação que regula o atendimento psicossocial.

**5.6** Diante do cenário apresentado, conclui-se que a aquisição dos materiais de apoio psicológico mostra-se imprescindível para o fortalecimento e a qualificação dos serviços de saúde mental prestados pela rede municipal de saúde. A medida é necessária para suprir a defasagem atualmente existente, garantir condições técnicas adequadas aos profissionais de psicologia e assegurar a efetividade dos diagnósticos e das intervenções terapêuticas, em consonância com protocolos científicos atualizados. Ademais, a contratação contribuirá para a promoção de atendimentos mais humanizados, contínuos e resolutivos, prevenindo o agravamento de quadros clínicos, reduzindo riscos futuros à saúde da população e assegurando o cumprimento dos princípios da integralidade, da eficiência e da qualidade do serviço público de saúde.

**6 BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:**

**6.1** A contratação para a aquisição de Materiais de Apoio Psicológico visa proporcionar suporte adequado às atividades clínicas e psicológicas, garantindo melhor qualidade nos atendimentos e nos processos terapêuticos, especialmente em sessões individuais e em grupo.

**6.2** Dentre os principais benefícios esperados com a execução desta contratação, destacam-se:

**a)** Aprimoramento das práticas terapêuticas: Adequação e diversificação dos recursos utilizados nas intervenções psicológicas, possibilitando técnicas mais



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

---

eficazes e adaptadas às necessidades de diferentes faixas etárias, incluindo crianças, adolescentes e adultos.

- b) Melhoria da qualidade do atendimento: Disponibilização de materiais adequados e atualizados contribui para o desenvolvimento mais eficiente das atividades clínicas, proporcionando suporte ao processo terapêutico e ao estabelecimento de vínculos com os pacientes.
- c) Ampliação da capacidade de intervenção: A utilização de materiais específicos facilita a aplicação de métodos terapêuticos individuais e grupais, aumentando a capacidade de acolhimento e o alcance das ações ofertadas.
- d) Redução de custos a médio e longo prazo: A aquisição de materiais compatíveis com as necessidades terapêuticas reduz desperdícios e contribui para o uso racional dos insumos, evitando reposições constantes e garantindo maior durabilidade dos produtos.
- e) Conformidade com diretrizes profissionais e normativas vigentes: Atendimento às orientações técnicas e éticas relacionadas ao exercício da psicologia e ao acompanhamento terapêutico, assegurando que os atendimentos sejam realizados de acordo com as boas práticas e regulamentações pertinentes.

**6.3** Melhoria da percepção e satisfação dos usuários: A oferta de atendimentos terapêuticos mais qualificados e com recursos adequados contribui para maior conforto, engajamento e segurança dos pacientes e familiares, fortalecendo a imagem institucional dos serviços públicos de saúde e ampliando a confiança da comunidade no atendimento ofertado.

## **7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **7.1 Definição Completa da Solução Escolhida**

**7.1.1** A solução proposta consiste na aquisição integrada de um conjunto diversificado de materiais de apoio psicológico, composto por blocos de aplicação, livros de protocolo, coleções padronizadas de avaliações clínicas, formulários específicos, instrumentos lúdicos e ferramentas complementares indispensáveis para a condução dos atendimentos psicoterapêuticos.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

**7.1.2** O escopo abrange materiais destinados a diferentes faixas etárias, desde crianças em fase pré-escolar até adultos, contemplando protocolos formais para avaliação cognitiva, comportamental e funcional.

**7.1.3** A solução totaliza 37 itens específicos, cada qual com detalhamento técnico e quantitativo definido conforme a necessidade institucional e critérios técnicos. A contratação visa assegurar fornecimento contínuo, com garantia de qualidade, uniformidade metodológica e suporte técnico, fundamentando a prestação do serviço público psicossocial na municipalidade. A solução inclui a entrega dos produtos nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando as condições especificadas em edital.

**7.2 Justificativa Técnica da Escolha**

**7.2.1** A escolha do levantamento detalhado dos diversos materiais especializados e de uso clínico justifica-se pela complexidade dos atendimentos psicológicos, que exigem instrumentos validados e adaptados ao contexto brasileiro, assegurando a precisão diagnóstica e a efetividade do tratamento.

**7.2.2** A diversidade dos itens contemplados permite a realização de múltiplas avaliações e intervenções terapêuticas, garantindo a adequação às necessidades individuais dos pacientes, conforme protocolos reconhecidos no âmbito da psicologia.

**7.2.3** Essa solução supera alternativas simplificadas ou genéricas, que poderiam comprometer a qualidade do atendimento e gerar desfavorecimento aos usuários. Inclui materiais certificados e reconhecidos por órgãos técnicos, que promovem a segurança jurídica e técnica da atuação do serviço público municipal.

**7.3 Natureza do Objeto e Classificação**

**7.3.1** O objeto da contratação se enquadra como aquisição de bens materiais comuns, conforme definição do art. 6º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, com características técnicas padronizadas e ofertadas amplamente no mercado.

**7.3.2** Esta classificação permite a adoção da modalidade pregão para o procedimento licitatório, privilegiando agilidade e competitividade, conforme disposto no art. 28 da referida lei.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

**7.3.3** A natureza do objeto descarta complexidades técnicas indevidas e inviabiliza a adoção de modalidades restritivas, sendo recomendada modalidade simples e objetiva, compatível com bens comuns.

**7.3.4** Em virtude da classificação, não há necessidade de procedimentos especiais ou subsidiários, garantindo conformidade procedimental.

**8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

**8.1 Análise da Viabilidade de Parcelamento**

**8.1.1** A análise técnica indica que o conjunto dos itens adquiridos, embora diversificado, não se constitui em lotes independentes para utilização isolada, pois os materiais complementam-se para composição integral das atividades clínicas.

**8.1.2** A natureza dos itens exige padronização e integralidade na entrega para assegurar que o serviço psicológico funcione plenamente, sem fragmentação que possa prejudicar a aplicação dos procedimentos técnicos adotados. Assim, a possibilidade técnica de parcelamento encontra limitações pela interdependência dos materiais, o que restringe a divisão que poderia comprometer a operacionalização dos atendimentos.

**8.2 Análise Econômica do Parcelamento**

**8.2.1** Do ponto de vista econômico, o parcelamento poderia gerar aumento dos custos administrativos e logísticos, demandando múltiplas dispensas e controles de entrega que onerariam a gestão pública.

**8.2.2** A economia de escala, proporcionada pela aquisição conjunta, favorece a redução de preços unitários e a facilidade na negociação com os fornecedores, assegurando maior efetividade financeira da contratação. Custos indiretos como transporte, armazenagem e fiscalização seriam reduzidos com uma contratação única e consolidada, corroborando a decisão de não parcelar a solução.

**8.3 Decisão Fundamentada**







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

---

**8.3.1** Em face das análises técnicas e econômicas, recomenda-se pela não adoção do parcelamento da solução, optando-se pela contratação integral do objeto, respeitando a integralidade dos materiais para garantir a eficiência do serviço público.

**9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

**9.1 Análise da Viabilidade de Parcelamento**

**9.1.1** A análise técnica indica que o conjunto dos itens adquiridos, embora diversificado, não se constitui em lotes independentes para utilização isolada, pois os materiais complementam-se para composição integral das atividades clínicas.

**9.1.2** A natureza dos itens exige padronização e integralidade na entrega para assegurar que o serviço psicológico funcione plenamente, sem fragmentação que possa prejudicar a aplicação dos procedimentos técnicos adotados. Assim, a possibilidade técnica de parcelamento encontra limitações pela interdependência dos materiais, o que restringe a aplicação que poderia comprometer a operacionalização dos atendimentos.

**9.2 Análise Econômica do Parcelamento**

**9.2.1** Do ponto de vista econômico, o parcelamento poderia gerar aumento dos custos administrativos e logísticos, demandando múltiplas dispensas e controles de entrega que onerariam a gestão pública.

**9.2.2** A economia de escala, proporcionada pela aquisição conjunta, favorece a redução de preços unitários e a facilidade na negociação com os fornecedores, assegurando maior efetividade financeira da contratação. Custos indiretos como transporte, armazenagem e fiscalização seriam reduzidos com uma contratação única e consolidada, corroborando a decisão de não parcelar a solução.

**9.3 Decisão Fundamentada**

**9.3.1** Em face das análises técnicas e econômicas, recomenda-se pela não adoção do parcelamento da solução, optando-se pela





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

contratação integral do objeto, respeitando a integralidade dos materiais para garantir a eficiência do serviço público.

**10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

**10.1** Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes. Portanto não se aplica a essa contratação.

**11 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:**

**11.1** Sustentabilidade:

**11.1.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. Os itens devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;
- II. Os materiais utilizados deve ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- III. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens de material reciclado, biodegradável, atóxico, sempre que possível.

**11.2** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

**11.3** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

**9.3** O produto deverá atender as seguintes características:

**9.3.1** Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima, que deverá ser minuciosamente observados pelo fornecedor.

**9.3.2** A marca e validade dos produtos entregues deverão estar indicadas em sua embalagem.

**9.3.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 9.4** A fiscalização ficará a cargo de servidores pertencentes aos quadros dos órgãos contratantes designados para esse fim, lotados nas unidades em que serão entregues os materiais.
- 9.5** A falta do produto, cujo fornecimento incumbe a detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste.
- 9.6** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.
- 9.7** O produto deverá ser entregue em embalagem íntegra, sendo que não será(ão) recebido(s) produto(s) em embalagem(ns) violada(s) (furadas, rasgadas, abertas, amassadas).
- 9.8** Os materiais devem estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, ABNT, INMETRO e ANVISA.
- 9.9** O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**10 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

- 10.3** Após a sessão pública, será avaliado o item fornecido, a habilitação da empresa e gerada a Nota de Empenho conforme proposta enviada.
- 10.4** O prazo de entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias úteis contadas do envio da nota de empenho ou documento equivalente.
- 10.5** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 10.6** Os bens deverão ser entregues na Unidade Mista de Saúde de Costa Marques, Localizado na Avenida Cabixi nº 2026, setor 1 CEP: 76.937-000, das 7:30 as 13:30, onde será feita a conferência dos produto e documentos fiscais.
- 10.7** O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil devera vi indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.
- 10.8** A empresa vencedora deverá estar em plenas condições de atendimento após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), por meio de ofício e-mail.
- 10.9** A empresa devera providenciar a substituição do material que apresentar avaria sem nenhuma despesa para a Administração, em até 48 horas;
- 10.10** O pedido de fornecimento (nota de empenho ou pedido de compra) poderá ser encaminhado para empresa por meio de e-mail.
- 10.11** O transporte e a entrega, incluindo carga e descarga, são de responsabilidade da CONTRATADA, e deverão ocorrer dentro dos padrões e recomendações técnicas.
- 10.12** Todas as despesas relativas à execução dos serviços correrão por conta exclusivas da Contratada. Estarão inclusos nesta contratação todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto ora contratado.
- 11 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**
- 11.3** A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 11.4** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 11.5** Execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput)
- 11.6** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 11.7** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 11.8** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 11.9** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 11.10** Somente o contratado será responsável pelos encargos a trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 11.11** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 11.12** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.13** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

---

**11.14 FISCALIZAÇÃO:**

**11.14.1** A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) Fiscal(is) de Contrato pela Unidade Requisitante da contratado, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21.

**11.14.2** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

**11.15 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecera a seguinte rotina:**

**11.15.1** Verificação da compatibilidade do produto entregue com o especificado na proposta e neste termo, quantidades, qualidade, validade e condições.

**12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):**

**12.3** Com base nas análises realizadas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, a seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se como **critério de julgamento o menor preço unitário por item**, com fundamento no art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/2021

**12.4** Previamente a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto a existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União [Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\) — Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União [Consulta de Sanções | Portal da Transparência do Governo Federal](#);







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 12.5** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio dos documentos por ele inseridos na plataforma eletrônica Licitanet.
- 12.6** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.7** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.8** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.9** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no Edital.
- 12.9.1** O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial a luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:
- a) Habilitação jurídica;
  - b) Habilitação Técnica;
  - c) Fiscal, Social e Trabalhista; e
  - d) Qualificação econômico-financeira.
- 12.10** Não poderão participar do certame as empresas enquadradas nas vedações previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021;
- 13 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**
- 13.3** O RECEBIMENTO PROVISÓRIO será mediante o registro de recebimento do material pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 13.4** O RECEBIMENTO DEFINITIVO será mediante recibo, em até 10 (dez) dias úteis após recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal;
- 13.5** Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 13.6** O Recebimento Definitivo do material não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;
- 13.7** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 13.7.1** A CONTRATADA se responsabilizará por buscar e entregar os materiais para substituição. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

**14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

São obrigações do Fornecedor:

- 14.3** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.4** Os produtos deverão apresentar a qualidade exigida de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990);
- 14.5** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 14.6** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

CONTRATANTE, observando sempre os critérios da Prefeitura de Costa Marques qualidade dos serviços a serem prestados;

- 14.7** Substituir os materiais que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 14.8** O material que for entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou na proposta da empresa vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, devendo ser substituídos em até 5 dias;
- 14.9** Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.
- 14.10** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.11** Substituir todo e qualquer material fornecido com defeito ou fora do acordado;
- 14.12** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 14.13** Comunicar, imediatamente por escrito, a Prefeitura Municipal de Costa Marques qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, independentemente de solicitação por parte da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis;
- 14.14** Comunicar a Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.15** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 14.16** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
- 14.17** Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 14.18** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021;
- 14.19** Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante;
- 14.20** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**15 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 15.3** Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;
- 15.4** Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- 15.5** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;
- 15.6** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 15.7** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 15.8** Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a contratada;
- 15.9** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 15.10** Efetuar o pagamento a Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;
- 15.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 15.12** Solicitar a troca do(s) produto(s) a serem devolvido(s) mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;
- 15.13** Realizar os pagamentos devidos nas datas aprezadas.

**16 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**

**Da liquidação:**

- 16.3** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias Úteis para fins de liquidação.
- 16.4** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O A prazo de validade;
  - b) A data da emissão;
  - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) O período respectivo de execução do contrato;
  - e) O valor a pagar; e
  - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

**16.5** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**16.6** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Do pagamento:**

**16.7** Sem prejuízo de outros procedimentos que possam ser estabelecidos, será aplicado como critério de medição a entrega do produto, devidamente atestada pelo fiscal, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos;

**16.8** Os pagamentos devidos à empresa a ser contratada serão efetuados contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura;

**16.9** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contratado;

**16.10** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do edital e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

**16.11** O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa;

**16.12** O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária conta no banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas;

**16.13** A Prefeitura Municipal fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega dos produtos ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Termo de Referência, Carta Contrato ou edital;







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 16.14** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 16.15** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias Uteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 16.16** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.17** Persistindo irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.
- 16.18** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 16.19** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.
- 16.20** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.
- 16.21** A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

**17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

- 17.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.
- 17.2** A multa prevista será a seguinte: - A sanção não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.
- 17.2.1** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.3** O impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.4** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 42 do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 17.5** Outras sanções ocorrerão conforme Edital e Legislação aplicável.
- 18 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**
- 18.1** O recurso para pagamento das despesas provenientes ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária constante no quadro de dotações vigente da Prefeitura Municipal de Costa Marques. Segue abaixo a referida Dotação Orçamentária para despesa neste ano em exercício:

**UNIDADE FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 10.3010013.2026**  
**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES: FMS**

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

CATEGORIA ECONOMICA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO  
FICHA:161.

**19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 19.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.
- 19.2** As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Costa Marques/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.3** O Presente termo foi elaborado com base nas informações prestadas pela secretaria demandante.

**20 ELABORADO POR:**

**JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**  
Equipe de Planejamento da Contratação  
DEC. Nº 508/GAB/2025



**21 APROVAÇÃO E ASSINATURA:**

**WELCKLEN SILVA DE JESUS**  
Secretário Municipal de Saúde  
DEC. Nº 010/GAB/2025

Costa Marques/RO, 05 de fevereiro de 2026





PREFEITURA DE COSTA MARQUES - RO

AV. CHIANCA, 1.381 - CENTRO - COSTA MARQUES / RO - CEP: 76.937-000

CNPJ: 04.100.020/0001-95

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **WELCKLEN SILVA DE JESUS - SEC. MUN. DE SAUDE**, CPF: 008.66\*. \*\*2-\*0 em **05/02/2026 23:53:50**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **2342.3653.1509.705W.8157**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73\*. \*\*2-\*0 em **05/02/2026 13:41:29**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **13W2.5641.529H.H33H.6100**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **1.3D4.539** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73\*. \*\*2-\*0 , em **05/02/2026 - 13:41:29**

Código de Autenticidade deste Documento: 13R4.1V41.629E.A714.8112

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.costamarques.ro.gov.br/verdocumento>

